

AGU não vai mais fazer recurso sobre orçamento

Jorge Messias considera o assunto totalmente encerrado

Por Rudolfo Lago e Karoline Cavalcante

A Advocacia-Geral da União (AGU) não irá mesmo tentar novo recurso para liberar as emendas orçamentárias. O Correio da Manhã apurou, durante o evento na manhã desta quarta-feira (8) no Palácio do Planalto em memória dos dois anos do 8 de janeiro de 2023, quando foram invadidos e depredados os prédios dos três poderes, que o advogado-geral da União, Jorge Messias, considera o assunto totalmente encerrado no âmbito da sua atuação.

A AGU chegou a fazer um recurso no final do ano passado pedindo a liberação dos R\$ 4,2 bilhões de recursos referentes a emendas de comissão que foram bloqueados por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino. O ministro respondeu mantendo as restrições. Jorge Messias considera, então, que não há nova possibilidade de recurso.

Em decisão no final do ano passado, Dino chegou a admitir a possibilidade de liberação de parte das emendas, aquelas que já tivessem empenho (quando os recursos já estão reservados para futura liberação) até 23 de dezembro, data em que ele tomou a decisão de suspender os repasses. Autorizara também a liberação do que já tivesse sido depositado nos fundos municipais de saúde.

Sem liberação

A orientação da AGU ao governo, no entanto, foi no sentido de que nada mais fosse liberado. Nessa última decisão, Dino afirma que haveria uma “nulidade insanável” na forma



Para Jorge Messias, não há mais dúvida jurídica sobre decisão de Dino

como o Congresso tratou do tema. Como parece não haver atas ou qualquer outro tipo de documento que detalhe como se autorizaram os repasses, não haveria, no entender de Dino, como resolver a questão do ponto de vista jurídico. Assim, a advocacia entendeu que é mais prudente não fazer as liberações, porque isso poderia gerar insegurança jurídica, com dúvidas dos gestores sobre os aspectos legais.

Na última sexta-feira (3), Dino determinou também a suspensão temporária do pagamento de emendas parlamentares a 13 Organizações Não Governamentais (ONGs) que não adotaram mecanismos adequados de transparência. Neste sentido, a Controladoria-Geral da União (CGU) deverá, então, fazer uma auditoria nessas ONGs e apresentar um relatório técnico em 60 dias.

Orçamento

Ainda na solenidade pelos dois anos do 8 de janeiro, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), relator da lei de regulamentação da reforma tributária na Câmara, disse ao Correio avaliar que a questão orçamentária acabará sendo resolvida. “Trata-se a essa altura de uma questão política. O Congresso reclama, o que é natural. Mas, diante da decisão da justiça, acabará cedendo e a vida seguirá”, confia ele.

Ao iniciar a semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) convocou uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, interrompendo suas férias para discutir a atual situação econômica do país. Em declarações à imprensa, Haddad explicou que o encontro teve como objetivo alinhar as prioridades de sua pasta, destacando que a principal tarefa no momento é a vota-

ção do orçamento. Enquanto a LDO não é aprovada, o governo está limitado a utilizar 1/12 do valor total previsto.

A expectativa é que o Congresso Nacional vote a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 apenas depois do Carnaval, após a eleição dos novos presidentes da Câmara e do Senado. O relator da LOA, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), que está em seu Estado durante o recesso parlamentar, já havia defendido no final de 2024 que a análise da “peça mais importante do parlamento” exige cuidado e tempo.

Na ocasião, Coronel ressaltou a necessidade de consolidar todas as informações do pacote fiscal. “As alterações no salário mínimo, por exemplo, afetam significativamente despesas previdenciárias, benefícios sociais e metas fiscais, exigindo cálculos e projeções mais precisos”, afirmou o senador em nota.

Reforma ministerial busca apoio do Centrão e eleições

Por Gabriela Gallo

Após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) exonerar o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Paulo Pimenta, e anunciar o publicitário Sidônio Palmeira para assumir o cargo, uma série de mudanças nos ministérios devem ser anunciadas nos próximos dias. Pimenta atuou como ministro pela última vez nesta quarta-feira (8). Caso Paulo Pimenta não seja remanejado para um novo cargo dentro do Executivo, ele retorna ao Congresso Nacional como deputado federal pelo PT do Rio Grande do Sul.

A entrada de Sidônio logo no começo do ano, além de ser a primeira pasta a passar por mudanças, foi estratégica. De acordo com o cientista político e sócio da Impetus Public Affairs Breno Guimarães, a troca evidencia que o foco do governo é a eleição de 2026.

“O próprio presidente Lula mencionou que a comunicação do governo não estava funcionando, apontando falhas na coordenação e na transmissão das vitórias do governo para a população. Com essa mudança, busca-se reestruturar a comunicação governamental para ampliar os dividendos eleitorais”, disse ao Correio da Manhã.

Impactos

Mirando nas eleições de 2026, um dos principais motivos da reforma ministerial é



Sai Paulo Pimenta, entra Sidônio Palmeira

firmar uma aliança mais sólida com o Centrão, “consolidado como peça-chave para aprovação de matérias no Congresso Nacional”. Com isso, segundo o cientista político, para alcançar esse objetivo, inicialmente “o foco do governo será nas eleições da Mesa Diretora” da Câmara dos Deputados e do Senado “e na definição das presidências das comissões, etapas fundamentais para moldar a articulação política de 2025”. Dessa forma, a reforma ministerial deve ser concluída até fevereiro, mês em que serão realizadas as eleições para as Casas do Congresso.

“O principal objetivo dessas mudanças não é apenas fortalecer a governabilidade, mas, sobretudo, consolidar a coligação eleitoral do governo. Trata-se de um movimento estratégico para integrar partidos que foram bem-sucedidos nas eleições municipais de 2024 [PSD, MDB, União Brasil e PP], garantindo maior alinhamento e apoio político”, afirmou Guimarães.

Além das eleições, o cientista político ainda avalia que as mudanças também buscam uma manutenção da maioria do governo no Senado. “Com 54 cadeiras em dispu-

ta em 2026, tanto o governo quanto a oposição buscam assegurar a maioria na Casa. Essa estratégia é fundamental para evitar processos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal e garantir indicações para a Corte”, pontuou.

Mudanças

Entre as mudanças cogitadas, poderão sair Alexandre Padilha (ministro de Relações Institucionais) e Márcio Macedo (ministro da Secretaria Geral da Presidência da República). Uma possibilidade aventada, inclusive, é que Paulo Pimenta venha a ocupar o cargo hoje de Macedo. E que algum nome do Centrão possa ir para a vaga de Padilha, uma vez que o grupo é que detém a maioria do Congresso. Uma possibilidade, inclusive, é que o cargo venha a ser ocupado pelo comandante do Centrão, o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Outras pastas cobiçadas são Saúde, Desenvolvimento Social, Ciência e Tecnologia, Educação, Trabalho e Emprego e Previdência Social. Também há a possibilidade de o ministro de Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, assumir o Ministério da Defesa no lugar de José Múcio Monteiro, o que abriria a vaga para o atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula não quer saber de briga com o Congresso

Planalto promete resolver impasse das emendas

O governo federal tem dito a parlamentares que, até a volta do recesso, no início de fevereiro, dará um jeito de pagar as emendas de comissões que não foram quitadas por decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal. Deputados falam em duas possibilidades. A primeira seria um aumento no percentual da Receita Corrente Líquida da União

destinado às emendas individuais, de execução obrigatória. Em 2022, mudança constitucional subiu este percentual de 1,2% para 2% da RCL (valor arrecadado por impostos menos transferências obrigatórias para estados e municípios). Assim, o novo aumento nas emendas individuais substituiria as de comissões, que foram travadas por Dino.

Aprovação

Esta alternativa agrada muitos parlamentares, que passariam a ter maior controle sobre as verbas. Na prática, as comissões permanentes da Câmara e do Senado muitas vezes apenas encaminham emendas indicadas pelo presidente da Casa ou por líderes partidários.

Toma e dá

Outra possibilidade é o governo destinar, via ministérios, os valores aprovados para o pagamento das emendas de comissões. Isso restituiria ao Executivo o direito de usar emendas para influenciar votações — receberiam verbas aqueles que votassem com o Planalto.



Deputados confiam numa solução até fevereiro

Gota d'água no pote até aqui de mágoas com o governo

Apesar da irritação com a não liberação de tantas emendas e da desconfiância de tabelinha entre o presidente Lula e Dino, parlamentares creem que o Planalto encontrará uma solução — não quer se arriscar a perder votações. O pior para o governo é que as decisões do STF destamparam outras reclamações de deputados,

relacionadas, principalmente, com a entrega de cargos para indicados. “Foram reabertas feridas do passado”, diz um parlamentar da base. Qualquer solução a ser encaminhada deverá aumentar o grau de transparência da liberação e execução das emendas, agora investigadas pela Polícia Federal.

Cuidados

Ao despacharem suplentes para o ato de repúdio à intempestiva de 8 de Janeiro, os poderes Legislativo e Judiciário mandaram para Lula o recado de que não querem partidizar o tema. A menos de dois anos da eleição presidencial, o melhor é agir com prudência.

Justificativa

O caso de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, é mais delicado. Ele acompanha o pai, Benedito (Biu) de Lira, de 82 anos, prefeito reeleito de Barra de São Miguel (AL), que está na UTI do hospital Arthur Ramos, em Maceió. Ele foi operado no último dia 31.

Madame 1

Diante do discurso de Janja, mulher de Lula, na solenidade de ontem, um parlamentar gaiato comentou: “A madame está falando demais”. A frase recicla um comentário de Paulo César Farias, o ex-caixa de Fernando Collor, sobre a então mulher dele, Rosane.

Madame 2

A frase de PC Farias foi uma referência ao excesso de compras de Rosane: “A madame está gastando demais”, reclamou. Morto em 1996, PC era, de acordo com investigações de CPI e da Polícia Federal, o responsável pela movimentação de dinheiro da família presidencial.